

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA: UM ESTUDO ETIMOLÓGICO SOBRE A TERMINOLOGIA DA SINTAXE DO PERÍODO COMPOSTO

Inajara Batista Jaroszewski¹

Kleber Eckert²

Resumo: Este artigo apresenta um estudo etimológico da terminologia da sintaxe do período composto da Língua Portuguesa, com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira. Trata-se de um trabalho científico de caráter bibliográfico, cujo objetivo é analisar a origem e o desenvolvimento histórico dos termos gramaticais que nomeiam as estruturas sintáticas, buscando compreender a relação entre forma, sentido e função. A pesquisa fundamenta-se em obras de referência etimológica e gramatical como dicionários etimológicos e gramáticas. A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e descritiva, desenvolvida em três etapas: levantamento dos termos da sintaxe do período composto conforme a norma estudada, investigação de suas origens etimológicas em fontes especializadas e análise da correspondência entre o significado original e o conceito gramatical atual. Foram analisados vinte e nove termos da sintaxe do período composto, constatando-se predominância de étimos latinos e, em menor número, de gregos. Os resultados demonstram que a terminologia pesquisada reflete a herança clássica da tradição gramatical ocidental, preservando, em sua estrutura morfológica e semântica, princípios de ordem originados na Antiguidade. Conclui-se que o estudo etimológico contribui para compreender a coerência conceitual da gramática, bem como reforça a importância da Etimologia como instrumento pedagógico no ensino da Língua Portuguesa, por favorecer abordagens mais históricas, contextualizadas e reflexivas da norma gramatical.

Palavras-chave: etimologia; terminologia gramatical; sintaxe do período composto; Nomenclatura Gramatical Brasileira.

1 Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Bento Gonçalves. Email: inajara.bj@gmail.com

2 Doutor em Letras pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Bento Gonçalves. Email: kleber.eckert@bento.ifrs.edu.br

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEÑA: UN ESTUDIO ETIMOLÓGICO SOBRE LA TERMINOLOGÍA DE LA SINTAXIS DE LAS ORACIONES COMPUESTAS

Resumen: Este texto presenta un estudio etimológico de la terminología de la a sintaxis del período compuesto de la Lengua Portuguesa, basándose en la Nomenclatura Gramatical Brasileira. Se trata de un trabajo científico de carácter bibliográfico, cuyo objetivo es analizar el origen y el desarrollo histórico de los términos gramaticales que nombran las estructuras sintácticas, buscándose comprender la relación entre forma, sentido y función. La investigación se fundamenta en obras de referencia etimológica y gramatical como diccionarios etimológicos y gramáticas. La metodología se caracteriza como investigación bibliográfica y descriptiva, desarrollada en tres etapas: búsqueda de los términos de la sintaxis del período compuesto de acuerdo con la norma estudiada, investigación de sus orígenes etimológicos en fuentes especializadas y análisis de la correspondencia entre el significado original y el concepto gramatical actual. Se han analizado veintinueve términos de la sintaxis del período compuesto, constatándose el predominio de étimos latinos y, en menor número, de griegos. Los resultados demuestran que la terminología de investigada refleja la herencia clásica de la tradición gramatical occidental, preservando, en su estructura morfológica y semántica, principios de orden originados en la Antigüedad. Se concluye que el estudio etimológico contribuye para comprender la coherencia conceptual de la gramática, además de reforzar la importancia de la Etimología como instrumento pedagógico en la enseñanza de Lengua Portuguesa, ya que favorece abordajes más históricas, contextualizadas y reflexivas de la norma gramatical.

Palabras clave: etimología; terminología gramatical; sintaxis del período compuesto; Nomenclatura Gramatical Brasileira.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Norma Gramatical Brasileira concentra-se nos elementos estáveis e sistematizados da língua, os quais, em algum momento, são objeto de reflexão no ensino. Portanto, essa mesma língua tem uma estrutura gramatical criteriosamente definida e constituída ao longo do tempo e, como já dito, tem, também, foco no ensino.

Dentre as áreas de estudo da Língua Portuguesa brasileira, está a gramática normativa, que se ocupa do estudo das regras que regem a língua. No Brasil, a NGB foi estabelecida para uniformizar o ensino da gramática e definir os termos e conceitos utilizados no estudo da Língua Portuguesa, em uma perspectiva terminológica e classificatória.

Por sua vez, a Etimologia dessa Terminologia, poucas vezes, é explorada em profundidade, mas ela pode ser uma importante fonte para a compreensão dos conceitos gramaticais. A Etimologia é a área dos estudos linguísticos que se ocupa da origem e evolução das palavras ao longo do tempo. Nesse sentido, delimita-se o tema deste trabalho: a análise etimológica dos termos da sintaxe do período composto da Língua Portuguesa, estabelecidos pela NGB.

A partir dessa delimitação temática, apresenta-se a seguinte questão problema norteadora da pesquisa: *qual é a origem etimológica dos termos da sintaxe do período composto da Língua Portuguesa, conforme consta na NGB?*

Para responder a essa pergunta, estabelece-se como objetivo geral analisar os termos da sintaxe do período composto em uma perspectiva etimológica. Para isso, definem-se os seguintes objetivos específicos: (1º) investigar a origem da nomenclatura gramatical, desde a Antiguidade até o estabelecimento da NGB, no Brasil; (2º) descrever brevemente a história dos conceitos gramaticais; (3º) apresentar a constituição da NGB como documento terminológico orientador; e, por fim, (4º) relacionar o significado etimológico dos termos aos conceitos gramaticais descritos.

A metodologia adotada para o desenvolvimento desta investigação configura-se como bibliográfica e compreende, inicialmente, a pesquisa dos termos da sintaxe do período composto na NGB. Após a seleção dos termos, realiza-se a descrição da origem etimológica de cada um deles, com base na fundamentação teórica selecionada. Por fim, busca-se relacionar a origem etimológica dos termos com seus respectivos conceitos. O referencial teórico da análise dos dados derivou-se das seguintes obras: Dicionário Etimológico e Prosódico da Língua Portuguesa, de Silveira Bueno (1968); Dicionário de Linguística e Gramática: referente à Língua Portuguesa (1978), de Joaquim Mattoso Câmara Júnior; Dicionário de Linguística (1991), de Jean Dubois *et al.*; Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (2012), de Marcos Bagno; Moderna Gramática Portuguesa (2015), de Evanildo Bechara; Nova Gramática do Português Contemporâneo (2017), de Antônio Geraldo da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra; Uma História da Linguística - Vol. 1: da Antiguidade ao Iluminismo (2023), de Marcos Bagno. Os resultados da análise são apresentados em seção específica do trabalho.

Como este trabalho interessa-se pela origem etimológica dos termos da sintaxe do período composto da Língua Portuguesa, conforme estabelecido na NGB, a relevância do estudo se justifica por diversos aspectos. Em primeiro lugar, pode-se considerar o ineditismo da pesquisa, pois, embora existam estudos sobre a NGB e sua aplicação no ensino da gramática normativa, poucos trabalhos exploram a Etimologia dos termos sintáticos e suas implicações conceituais. Dessa forma, o estudo contribui para fornecer uma abordagem inovadora sobre a Terminologia gramatical da sintaxe do período composto.

Por fim, esta pesquisa pode auxiliar diretamente os professores de Língua Portuguesa no ensino da gramática normativa, proporcionando subsídios etimológicos e históricos que favoreçam uma explicação mais fundamentada dos termos sintáticos. Dessa forma, é possível contribuir para tornar o ensino da gramática mais significativo aos estudantes, uma vez que o professor, através de seu conhecimento teórico, poderá promover uma compreensão mais profunda dos conceitos sintáticos em sala de aula. Assim, a investigação proposta se justifica tanto por sua relevância acadêmica quanto por seu impacto prático no ensino da Língua Portuguesa, sendo uma contribuição significativa para a área de estudos gramaticais e para a formação de professores.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Terminologia e Etimologia

Este estudo, como exposto anteriormente, é estruturado com fundamento em conhecimentos de duas grandes áreas de estudo: a Terminologia e Etimologia. Em relação à Terminologia, observa-se que esse conceito tem uma natureza multifacetada: ela se refere tanto ao conjunto de vocábulos específicos pertencentes a uma área científica ou técnica, quanto ao campo disciplinar, teórico e prático, que se dedica ao estudo desses termos especializados. Tal multiplicidade de sentidos revela o caráter polissêmico do termo Terminologia. Por esse motivo, além das definições fundamentais, apresentam-se diversos aspectos relacionados ao léxico terminológico, abrangendo suas análises e aplicações (Krieger; Finatto, 2004).

No sentido de léxico especializado, “a Terminologia é um elemento inerente às chamadas comunicações especializadas” (Krieger; Finatto, 2004, p. 16) de uma área e está associada a textos específicos – no caso da Linguística, pode-se citar as gramáticas normativas – onde é necessária a “expressão lexical dos saberes científicos, técnicos e tecnológicos” (Krieger; Finatto, 2004, p. 16). Áreas do conhecimento “como a Biologia, a Química, a Linguística ou a indústria gráfica são representativas de conhecimentos especializados”. De acordo com Barros (2004), a Terminologia estuda as chamadas línguas (ou linguagens) de especialidades e seus vocabulários especializados.

As palavras que compõem o léxico especializado de cada área são chamadas termos, os quais são, neste caso, “considerados signos linguísticos de valor monossêmico” (Krieger; Finatto, 2004, p. 18), pois expressam apenas o significado específico de cada área e estabelecem um único referente no mundo exterior, sempre a partir da ótica do campo em que está inserido. Os termos cumprem funções fundamentais, pois não apenas representam conceitos, mas também transmitem o conhecimento especializado (Krieger; Finatto, 2004, p. 18).

Além disso, evidencia-se, também, o papel social das terminologias na comunicação humana, papel que está vinculado à ideia de padronização, o que revela uma perspectiva normativa sobre seu uso. No contexto da Língua Portuguesa no Brasil, essa padronização manifesta-se de forma explícita na NGB, instituída em 1959 com o propósito de uniformizar o ensino da gramática normativa nas escolas. Através desse documento, consolidou-se um repertório terminológico oficial que busca garantir a homogeneidade na descrição e na análise dos fatos gramaticais, reforçando, assim, a dimensão social e normativa da linguagem ao estabelecer critérios formais.

Nesse processo de construção terminológica, observa-se a predominância da formação de termos científicos com base em radicais e afixos oriundos, principalmente, do Grego e, em menor escala, do Latim, em consonância com a tradição das nomenclaturas técnico-científicas. No entanto, o diferencial da Terminologia moderna está no fato de que esses elementos clássicos funcionam

apenas como partes formadoras dos termos, sendo integrados a palavras que seguem as normas morfossintáticas da língua em que se inserem ou para a qual são traduzidas, como exemplificam *cardiopatía* e *hidráulica* na Língua Portuguesa, conforme Krieger e Finatto (2004). Assim, o uso dessas terminologias em textos revela sua inserção em campos discursivos específicos, como os do direito, da economia e da administração, todos associados ao saber especializado e erudito.

Portanto, ao buscar entender uma unidade da língua como um termo, precisa-se focar na dimensão conceitual do signo linguístico, que, nesse contexto, corresponde ao conteúdo especializado, uma vez que se limita a expressar ideias das ciências e das técnicas. A NGB, nesse sentido, atua como um instrumento técnico que atribui significados específicos a unidades linguísticas, como oração subordinada adjetiva ou oração coordenada assindética, por exemplo, retirando-as do uso comum e inserindo-as em um campo especializado do saber linguístico. Dessa forma, o termo gramatical deixa de ser utilizado como uma palavra da língua cotidiana e passa a operar como signo técnico, cuja função é conceituar fenômenos sintáticos e morfológicos de forma precisa e uniforme, atendendo às exigências do ensino e da descrição científica da língua.

A Terminologia concentra seus estudos, prioritariamente, no termo, direcionando sua atenção ao léxico especializado ou temático presente nos sistemas linguísticos. É importante esclarecer que, embora compartilhem o campo de estudo do léxico, a Lexicologia e a Terminologia se diferenciam pela natureza específica de seus objetos de análise. Essa distinção reside justamente na característica das unidades lexicais denominadas termos, os quais, em sua constituição sígnica, nomeiam e delimitam cognitivamente objetos, processos e conceitos vinculados aos campos científicos, técnicos e tecnológicos (Krieger; Finatto, 2004).

Dessa maneira, ao considerar a função normativa e reguladora da Terminologia nos contextos especializados, torna-se indispensável introduzir outra área fundamental para a compreensão da constituição dos termos: a Etimologia. Esta caracteriza-se como a ciência que consiste em estudar a origem da palavra, investigando suas raízes e analisando as transformações semânticas, fonológicas, sintáticas e lexicais que ocorreram ao longo do tempo. Em outras palavras, “é parte de um campo mais amplo das pesquisas em Linguística Histórica, a qual tenta explicar como e por que as línguas mudaram e se desenvolveram do modo como isso se deu” (Durkin, 2009, p. 2 *apud* Cruz, 2016, p. 25).

Essa investigação da origem das palavras e de seus significados tem sua procedência muito antiga: Platão fala da existência de uma consciência etimológica há pelo menos 25 séculos, apesar de não utilizar os termos *étymon* nem *etymología* e de suas ideias ambíguas acerca da Etimologia (Viaro, 2011, p. 29). Em relação à história dessa ciência, Bueno (1968) afirma que a origem das palavras foi sempre a grande miragem de todos os que se puseram em contacto com os idiomas, com as literaturas. O que mais preocupava era a significação, o sentido que se ocultava na forma dos sons, a vis, a energia, por assim dizer, dos vocábulos.

Assim, fica estabelecido que o interesse pela origem do léxico das línguas é antigo. No entanto, os estudos etimológicos passaram a adquirir maior precisão quando passaram a ser reconhecidos como uma ciência independente da Psicologia, fundamentando-se em “princípios e métodos rigorosamente comprovados” (Bueno 1968). Esses estudos estão intrinsecamente ligados a aspectos sociais e geográficos. Assim, há uma conexão estreita entre língua e sociedade, sendo que o contato entre diferentes culturas impulsiona o desenvolvimento das línguas. A Etimologia, por sua vez, abrange diversos níveis linguísticos, como a fonologia, a morfologia, a semântica e a sintaxe. Tais características não apenas explicam as semelhanças entre as línguas contemporâneas, mas também evidenciam os desafios envolvidos em identificar a origem das palavras.

Sobre o estudo etimológico, Viaro (2011, p. 99) reconhece que a identificação de um étimo ocorre a partir da formulação de hipóteses. Para o autor, étimo é a palavra oriunda de um substrato linguístico ou de outra língua, que pode ser localizada na linha de formação e desenvolvimento histórico da língua analisada, ou seja, “o étimo de uma palavra investigada é a forma equivalente da mesma palavra, imediatamente anterior numa sincronia pretérita qualquer”. Considerando que um étimo pode persistir até os dias atuais com a mesma forma, tornar-se arcaico, gerar novos vocábulos ou ainda sofrer alterações de significado, é de grande importância tentar reconstruir seu percurso provável. Contudo, essa tarefa muitas vezes esbarra na escassez de registros documentais. Sob essa perspectiva, quanto mais sólida e passível de comprovação for a hipótese, maior será a sua credibilidade como proposta etimológica (Viaro, 2011, p. 99).

No campo da Etimologia, as evidências são construídas por meio de comparações fundamentadas e do uso de dados históricos, isto é, “a pesquisa etimológica, como uma edição crítica, deve passar por muitas etapas rigorosas e, mesmo assim, as soluções de étimo são múltiplas e sujeitas a revisão” (Viaro, 2011, p. 98). Ainda assim, muitos étimos divulgados são considerados duvidosos, pois se baseiam em critérios frágeis, como suposições intuitivas ou conhecimentos eruditos não verificados. Tais equívocos ocorrem, por exemplo, porque apesar de na mesma língua duas palavras poderem ter o mesmo étimo, elas também podem ter significados muito distintos.

Em relação às análises de dois termos semelhantes, as correspondências devem ser feitas da seguinte forma: quando duas línguas apresentam elementos vocabulares semelhantes ou idênticos, tanto na forma quanto no sentido, essa semelhança pode ser explicada por três possibilidades distintas: coincidência, empréstimo linguístico ou a existência de uma origem histórica comum entre os termos (Viaro, 2011). Nesse sentido, afirma-se a natureza metodológica da pesquisa etimológica, ressaltando que, embora deva seguir etapas rigorosas e criteriosas, ela permanece aberta à multiplicidade de hipóteses. Essa perspectiva equipara a Etimologia a outras áreas científicas, ao reconhecer que suas conclusões são sempre provisórias e passíveis de revisão diante de novos dados.

Em conclusão, ressalta-se que o conhecimento sobre a origem e a formação das palavras funciona como uma ferramenta determinante para decifrar o significado de termos, mesmo aqueles desconhecidos ou aparentemente complexos. Isso também permite o acesso do profissional de Letras a estruturas linguísticas mais profundas, facilitando o aprendizado metalinguístico.

2.2 Da Origem da Gramática na Antiguidade à Nomenclatura Gramatical Brasileira

A história da gramática remonta à Antiguidade grega, quando, mesmo sem a intenção de criar uma disciplina normativa, os filósofos começaram a refletir sobre a linguagem como instrumento de expressão e pensamento. É nesse contexto que surge o termo *grammatiké*, derivado de *grammá*, geralmente traduzido por “letra”. Contudo, para os antigos, a letra não era um mero sinal gráfico, mas uma entidade complexa dotada de três propriedades: nome, forma e valor sonoro (Bagno, 2012). Esse conceito inicial de *grammatiké* evolui para *tékhne grammatiké*, ou seja, a arte da gramática, que se consolidaria em Alexandria no século III a.C., marcando a transição da especulação filosófica para uma disciplina prática.

Ainda na Grécia, Platão inaugura a descrição das chamadas “partes do discurso”, distinguindo dois elementos principais no *lógos* (discurso): ónoma (nome), associado ao substantivo e ao sujeito, e *rhēma* (verbo), associado ao predicado. Tal distinção revela a percepção da função primordial das línguas humanas: a predicação (Bagno, 2023, p. 74). Essa oposição verbo-nominal permite à linguagem expressar o que é essencial e o que é accidental, o estático e o dinâmico (Bagno, 2023). A partir dessa concepção, a gramática passou a classificar palavras tanto por sua forma: substantivo, verbo, adjetivo etc., quanto por sua função sintática: sujeito, objeto, predicado etc.

Marcos Bagno, em sua obra Gramática Pedagógica do Português Brasileiro (2012), elucida que Aristóteles amplia esse arcabouço teórico ao introduzir o conceito de *syndesmos* (conectivo), englobando preposições, conjunções e pronomes, além das categorias propostas por Platão. O mesmo autor destaca que os estóicos, refinando esse sistema, acrescentaram ainda o *árrhron* (artigo), *metokhé* (particípio) e *epírrhema* (advérbio), completando um quadro de oito classes de palavras, muitas das quais permanecem nas gramáticas atuais. Eles também estabeleceram distinções fundamentais entre forma e conteúdo, significante e significado, antecipando noções estruturais da Linguística moderna.

A gramática, no entanto, só se tornaria uma prática sistemática e prescritiva com os filólogos alexandrinos a partir do século III a.C., em Alexandria, cidade fundada por Alexandre Magno que se tornou o maior centro cultural da Antiguidade. Estudiosos como Zenódoto, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia desenvolveram instrumentos de análise textual e Linguística com base nas reflexões dos filósofos gregos, especialmente estóicos e aristotélicos (Bagno, 2023). A disciplina gramatical, naquele momento, deixaria de ser uma filosofia da

linguagem e se consolidaria como uma ciência autônoma com foco em fonologia, morfologia, sintaxe e léxico.

Um marco importante nesse processo foi a *Tékhnē Grammatiké*, atribuída a Dionísio Trácio, que sistematizou a fonética e a morfologia do Grego, classificando as palavras em oito categorias gramaticais, modelo que, com poucas alterações, seria herdado pelas gramáticas latinas e medievais, como esclarece Bagno (2023). Contudo, foi Apolônio de Díscolo quem, no século II d.C., escreveu a primeira obra dedicada à *syntáxis*, entendida como a combinação ordenada e regular de elementos linguísticos que constituem a frase com sentido completo, a chamada *autotelēs lógos* (Bagno, 2023). A concepção de que a linguagem opera em níveis hierárquicos, ou seja, da letra à frase, é decisiva para a posterior estruturação da análise sintática.

A gramática, nesse contexto, passou a ser um importante instrumento político-ideológico. No período helenístico, com a expansão do “grego *koiné*” (comum) como língua franca, estabeleceu-se a norma do *hellenismós*, ou seja, o “grego correto”, cuja violação era identificada como *barbarismós* (erro lexical) ou *soloikismós* (erro sintático), termos ainda hoje usados para designar desvios da norma padrão (Bagno, 2023, p. 105).

Essa influência da Língua Grega chegou a Roma, onde foi assimilada e adaptada. A gramática grega serviu de base para a construção da gramática latina, que, por sua vez, foi adotada como modelo durante a Idade Média e o Renascimento. O predomínio da gramática latina persistiu na tradição escolar ocidental até o século XIX e influenciou fortemente as primeiras gramáticas das línguas modernas. Sobre isso, Possenti (1996, p. 73) elucida que “as regras de uma gramática normativa se assemelha às regras de etiqueta, expressando uma obrigação e uma avaliação do certo e do errado”. Esse caráter elitista das normas gramaticais vai ser marca da tradição purista e prescritivista até os dias de hoje na cultura linguística ocidental.

Durante a Idade Média, em toda parte ocidental da Europa, a única língua ensinada gramaticalmente era o Latim, tanto nas regiões romanizadas quanto naquelas onde o Latim era a língua da Igreja. Como destaca Bagno (2023, p. 115-116), por ser a língua da religião oficial e por conservar o legado intelectual da antiguidade, o Latim era indispensável para as carreiras eclesiástica, jurídica, política, docente e científica, o que levou a um esforço intelectual concentrado na produção de gramáticas em Latim e sobre o Latim. Com o tempo, a gramática deixou de ser um instrumento para atingir objetivos maiores, como a filosofia e a teologia, e passou a ser um fim em si mesma, um saber mecânico, repetitivo e normativo (Bagno, 2023).

Após, a valorização dos vernáculos se reflete na produção de obras como o Primeiro Tratado Gramatical, uma gramática do islandês antigo escrita na Islândia, e nas gramáticas em occitano (ou provençal), usadas na poesia trovadoresca do sul da França. Segundo Bagno (2023), essas manifestações revelam um olhar linguístico original, autônomo e voltado às línguas locais, antecipando o processo de valorização das línguas vulgares que ganhará força no Renascimento.

A redescoberta das obras de Aristóteles, muitas delas preservadas pelos árabes e traduzidas para o Latim, gerou um impacto renovador no estudo da linguagem. O acesso à obra aristotélica foi dificultado pela perda do Grego no Ocidente, o que originou expressões como “*isso é grego para mim*”, usada no Português e em outras línguas (Bagno, 2023). No entanto, esse movimento de busca pelos escritos antigos possibilitou o surgimento das universidades e o desenvolvimento da escolástica, a racionalização da fé com base nos argumentos lógicos. Esse novo contexto educacional, descrito pelo mesmo autor (2023, p. 139), marca a passagem dos estudos linguísticos dos mosteiros para os centros urbanos, como as universidades de Paris, Bolonha, Salamanca e Coimbra.

O Renascimento é compreendido como o renascimento da Antiguidade clássica, com início na Itália e difusão por toda a Europa. Bagno (2023) esclarece que esse movimento está atrelado ao Humanismo, que valoriza a razão e o pensamento grego sobre o ser humano. Nesse contexto, as escolas humanistas, surgidas a partir de 1400, impulsionam a produção de novos manuais de gramática voltados ao ensino do Latim clássico. A gramática, nesse momento, retoma sua função prática, desvinculando-se da lógica e voltando-se à elegância e precisão da escrita, como exemplifica a obra de Niccolò Perotti.

A expansão marítima europeia e o contato com outros povos geram uma nova visão de mundo e consolidam o papel das línguas vernáculas nos Estados nacionais. A língua do rei passa a representar também a identidade do território. Assim, surgem as primeiras gramáticas de línguas vulgares, como forma de padronização e normatização (Bagno, 2023). O esforço missionário e o advento da imprensa também contribuem para esse processo. Esta, a segunda grande revolução tecnológica, sendo a escrita a primeira, foi fundamental para a fixação gráfica das línguas locais e fomentou a criação de gramáticas e tratados ortográficos.

As línguas românicas, derivadas do Latim vulgar, passam a receber atenção sistemática. Segundo Bagno (2023), essas línguas, antes desvalorizadas, são agora objeto de estudo e passam pelo processo de gramatização. Gramatização, para Auroux (1992, p. 65), é o processo de descrição e instrumentalização de uma língua com base em duas tecnologias que são pilares do saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. Para que o processo tenha êxito, a língua também deve passar por um longo processo de padronização da ortografia e, por isso, surgem as primeiras gramáticas e dicionários das línguas vulgares, entre elas, o Português.

O reconhecimento do reino de Portugal em 1179, e a consolidação territorial até o século XIII criaram as condições para que o Português se tornasse a língua hegemônica do território (Faraco, 2019). As primeiras gramáticas do Português foram publicadas por Fernão de Oliveira, em 1536; João de Barros, em 1540; e Jerônimo Soares Barbosa, em 1822, consideradas importantes documentos acerca do pensamento linguístico luso-brasileiro. Em relação ao Brasil, como mostra Orlandi (2001), a colonização só se inicia efetivamente em 1532 com a instalação dos portugueses no território. O Português, transplantado para um novo espaço-tempo, passa por um processo de reformulação condicionado por realidades socioculturais

distintas até a consolidação da Língua Portuguesa como língua nacional ao final do século XIX.

Nesse contexto, o processo de gramatização no Brasil se distingue, então, por um rompimento com os modelos portugueses e pela constituição de um sistema escolar nacional. A partir do Programa de Português para os Exames Preparatórios, em 1887, organizado por Fausto Barreto, surgem gramáticas que buscam romper com a tradição racionalista portuguesa para adaptar-se às necessidades da realidade brasileira (Orlandi, 2001). Orlandi (2001) esclarece que a escolha do termo “língua nacional” em muitas dessas obras aponta para um esforço consciente de dissociar-se da ideia de uma “Língua Portuguesa” unificada, propondo a especificidade da língua falada no Brasil. Já no século XX, surgem as gramáticas de Evanildo Bechara (1968) e de Celso Cunha (1970). Observa-se, então, um movimento contrário, de reconciliação e universalização do Português, ou seja, um esforço de consolidar uma norma culta que abarque a diversidade do idioma, mas que ainda reivindica uma unidade essencial da Língua Portuguesa.

Nesse mesmo período, o ensino de Língua Portuguesa passou a contar com diretrizes oficiais, culminando na criação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, elaborada por uma comissão do Ministério da Educação. A NGB sistematizou os termos e categorias gramaticais com base nos modelos clássicos greco-latinos, buscando padronizar o ensino da gramática nas escolas brasileiras. Com o objetivo de simplificar e uniformizar os termos utilizados no ensino da Língua Portuguesa, abrangendo livros didáticos, vestibulares e concursos, foi instituída, em 1959, a Portaria nº 36, que estabeleceu a NGB, promovendo a padronização e organização dos termos gramaticais (Henriques, 2009, p. 155).

Segundo Henriques (2009), antes da implementação da NGB, havia uma considerável desorganização terminológica, pois diferentes gramáticos empregavam distintos nomes para um mesmo fenômeno linguístico. Essa falta de padronização dificultava o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, tornando o acesso ao conhecimento mais complexo para os estudantes, diante da variedade terminológica vigente na época. O documento elaborado pela comissão responsável pela normatização da NGB estabeleceu que as terminologias adotadas deveriam ser simples, adequadas e uniformes. A normatização foi orientada por três objetivos principais: a) alcançar exatidão científica; b) permitir a vulgarização internacional da Terminologia; e c) manter a tradição escolar brasileira (Henriques, 2009).

Com a promulgação da NGB, a gramática passou a ser dividida em três grandes áreas: fonética, morfologia e sintaxe (Henriques, 2009). Para Ilari (2009 *apud* Henriques, 2009), a principal contribuição da NGB foi oferecer uma nomenclatura única para os fenômenos gramaticais da Língua Portuguesa, estabelecendo, assim, uma base comum entre os estudiosos e professores da área. Antes da NGB, cada gramático tinha liberdade para criar e nomear termos de acordo com suas próprias reflexões sobre os fatos da língua. Dessa forma, a NGB prestou um importante serviço ao sistematizar e denominar, de maneira padronizada, os elementos essenciais da gramática.

Portanto, desde os primórdios da reflexão filosófica sobre a linguagem na Grécia até a codificação da norma linguística no Brasil contemporâneo, a gramática passou por um processo de formalização que uniu pensamento filosófico, prática pedagógica e ideologia normativa. O legado da tradição grega e latina, transmitido e transformado ao longo dos séculos, permanece vivo nos fundamentos do ensino da sintaxe no Brasil, como pode-se perceber, também, através dos termos da sintaxe do período composto, dos quais, neste trabalho, será analisada a Etimologia.

3 ANÁLISE DE DADOS

A análise etimológica da nomenclatura da sintaxe do período composto procura conhecer melhor o percurso histórico de formação terminológica do Português. A tradição linguística e gramatical do Ocidente, fortemente influenciada pelas línguas latina e grega, consolidou na terminologia da sintaxe uma estrutura morfológica que pode ter relação direta com as funções exercidas no sistema da língua. A partir das obras de referência de Bueno (1968), Câmara Jr. (1978), Dubois *et al.* (1991), Bagno (2012; 2023), Bechara (2015), Cunha e Cintra (2017), esta análise busca demonstrar a coerência histórica e conceitual entre a formação etimológica e o emprego técnico na gramática do Português. Nesse sentido, esta seção organiza-se iniciando pelos termos da sintaxe na parte da coordenação e, após, da subordinação.

O termo *oração*, segundo Bueno (1968, p. 2754), vem do latim *oratio*, *onís*, que significa “sentença, fala, proposição”, o qual tem origem no verbo *orare*, “falar, dizer, rezar”. O termo *coordenada*, por sua vez, provém do latim med. *coordinare*, que quer dizer “dispor segundo certa ordem, organizar” (Bueno, 1968, p. 178). A composição morfológica de *co-* (“junto”) e *ordin-* (“ordem”) reflete, portanto, o princípio da coordenação sintática, em que duas ou mais orações se articulam em igualdade hierárquica. Tal concepção é confirmada por Bechara (2015, p. 423), ao afirmar que “entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de oração [...] por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si”, e por Dubois *et al.* (1991, p. 50), ao definirem a coordenação como “a propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir uma nova unidade”. Dessa forma, a etimologia de oração coordenada revela não apenas sua origem latina, mas também a correspondência entre o sentido do termo e o seu funcionamento na sintaxe, o de organizar enunciados autônomos em uma relação de equilíbrio sintático.

No que tange às *orações coordenadas sindéticas*, Bechara (2015, p. 86) observa que, “na coordenação sintática, pode dar-se a ligação, ou síndeto, entre os termos coordenados por meio da conjunção copulativa *e*”. De acordo com Bueno (1968, p. 3760), *sindético* provém do grego *syndetikós*, que significa aquilo “que serve para ligar”, correspondendo à forma latina *syndethicus*, traduzem a ideia de ligação, coerente com a função das conjunções coordenativas. Assim, o termo conserva fielmente seu valor etimológico: *sindético* é aquilo que “liga junto”, em oposição a *assindético*, que “não liga”. O emprego gramatical da designação reflete, portanto, a

origem lexical que associa o fenômeno da coordenação ao ato de unir proposições em sequência sintática.

Por outro lado, as *orações coordenadas assindéticas* são as “orações que se ligam sem o conectivo” (Bueno, 1968, p. 392). Nesse sentido, o termo *assindético* pode ser traduzido como “sem ligação”, uma vez que deriva do grego *a-syndeton*, formado pelo prefixo *a-*, que indica negação, e *syndeton*, que significa “ligação”. Assim, também Bechara (2015, p. 497) designa que tais orações “ocorrem sem que venham entrelaçadas por unidades especiais [...] proferidas com pausa demarcadora, assinalada quase sempre na escrita por vírgulas, ponto e vírgula e ainda por dois-pontos”. Pode-se perceber, portanto, a coerência entre a etimologia do termo e a concepção gramatical do fenômeno que este designa: a independência sintática entre os membros da coordenação assindética.

As orações coordenadas sindéticas são subclassificadas em *aditivas*, *adversativas*, *alternativas*, *conclusivas* e *explicativas*, conforme a ideia que expressam. Sobre o primeiro tipo, *oração coordenada sindética aditiva*, Bechara (2015, p. 495) explica que são aquelas que “adicionam ou entrelaçam duas ou mais orações sem nenhuma ideia subsidiária”, isto é, sem que uma dependa da outra. Quanto à origem do termo *aditiva*, Bueno (1968, p. 86) esclarece que origina-se do latim tardio *additivus*, derivado de *addere* (“acrescentar, somar”): o prefixo latino *ad-* significa “junto de” e com o radical *dit-* expressa a ideia de “adicionar”. Isso se associa à função semântica das orações coordenadas aditivas, que acrescentam um enunciado a outro sem alterar sua independência sintática. Dessa forma, a oração *aditiva* mantém o sentido primitivo de “acréscimo” presente no radical latino e no conceito de adição de ideias.

O segundo grupo de orações coordenadas sindéticas, as *adversativas*, “contrapõem o conteúdo de uma oração ao de outra expressa anteriormente” (Bagno, 2012, p. 496) e, para Bueno (1968, p. 96-97), é a “oração que se opõe à outra, geralmente uma que a precede”. O termo *adversativa* deriva da mesma forma registrada no latim tardio: o prefixo *ad-* com o sentido de “para/ em direção a” e o radical *vers-* com o sentido de “virar”. Assim, pode-se dizer que a oração adversativa é aquela que se “vira em direção a outra” e essa ideia de oposição semântica das frases é marcada pelas conjunções *mas*, *porém*, *contudo*, *entretanto* etc., encontrando fundamento na raiz etimológica da palavra, que implica esse mesmo contraste.

Sobre as *orações coordenadas sindéticas alternativas*, Bagno (2012, p. 496) reforça essa correspondência, ao definir tais orações como aquelas que “contrapõem o conteúdo de uma oração ao de outra e manifestam a exclusão de um deles, isto é, caso um se realize, o outro não se cumprirá”. O termo *alternativo* provém do latim *alternatus*, oriundo do verbo *alternare*, “suceder-se um ao outro, variar” (Bueno, 1968, p. 186). O radical *alter-* (“outro”) denota alternância ou reciprocidade, conceito que se mantém no plano sintático das orações coordenadas alternativas, que expressam exclusão ou escolha entre proposições. A herança latina, portanto, projeta-se na terminologia gramatical como representação da variação e da alternância de ideias.

Dentro do próximo grupo de orações sindéticas estão as *conclusivas*, cujo termo, de acordo com Bueno (1968, p. 784), deriva do latim *conclusivus*, formado pelo prefixo *con-* (“junto”) e o radical *claus-* (“fechar”). A noção de “fechar junto” ou “encerrar” explica o uso do termo em gramática, onde as orações conclusivas expressam resultado lógico do que foi dito anteriormente. Bechara (2015, p. 51) descreve essas construções como “*paratáticas*, mas que exprimem relações internas de dependência no que diz respeito ao sentido do discurso”, o que reafirma o caráter de fechamento semântico presente no radical latino.

Finalizando o grupo das orações coordenadas sindéticas, encontram-se as *explicativas*. Para Bechara (2015, p. 51), essas orações “exprimem relações internas de dependência [...] a que a gramática tradicional chama orações causais-explicativas”. Quanto à etimologia do termo *explicativa*, Bueno (1968, p. 1317) registra que tem origem no latim *explicativus*, derivado de *explicare* (“desdobrar, tornar claro”), composto de *ex-* (“para fora”) e *plicare* (“dobrar”). O movimento semântico do verbo latino traduz-se diretamente na função da oração coordenada explicativa, que consiste em desdobrar um conteúdo anterior para esclarecê-lo ou justificá-lo.

Inicia-se aqui a análise dos termos da subordinação. Primeiramente, serão apresentadas as *orações subordinadas substantivas*, detalhando suas subclassificações: a *subjativa*, a *objetiva direta*, a *objetiva indireta*, a *completiva nominal* e a *predicativa*; depois, serão analisadas as *orações subordinadas adjetivas restritivas* e as *orações subordinadas adjetivas explicativas*; para finalizar, serão descritas as considerações acerca das *orações subordinadas adverbiais* e seus subtipos: a *causal*, a *comparativa*, a *consecutiva*, a *concessiva*, a *condicional*, a *conformativa*, a *final*, a *proporcional* e a *temporal*.

O termo *oração* já descrito anteriormente, aqui, está presente com o mesmo significado: “sentença, fala, proposição”, o qual tem origem no verbo *orare*, “falar, dizer, rezar”. A etimologia de *subordinada* é o latim *subordinatus*, particípio de *subordinare*, formado pelo prefixo *sub-*, que quer dizer “sob, abaixo” e pelo radical *ordinare*, que denota “organizar, ordenar”. Bueno (1968, p. 3834) define como *subordinada* “a oração que está sujeita à principal, que desta depende para sua significação” reafirmando o que expressa a estrutura morfológica do vocábulo: ideia de algo posto sob uma ordem. Nessa perspectiva, Bagno (2012, p. 884) detalha que a palavra subordinação é a tradução latina do termo grego *hipotaxe*, que tem raiz do grego *tákis* (“ordem, classe”) e *hypo-* (“embaixo de, sob”), e designa “os sintagmas hierarquizados em níveis, havendo uma desigualdade de importância entre eles”. Dubois *et al.* (1991, p. 49) também fazem menção ao termo de origem grega e reforçam que a *hipotaxe* “consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior”, evidenciando a hierarquia inerente ao termo. Portanto, a etimologia latina de *subordinada* traduz precisamente sua função na sintaxe: a de dependência estrutural a outro enunciado.

Dentro do primeiro grupo de orações subordinadas, ou seja, dependentes uma da outra, estão as *orações substantivas*. Bechara (2015, p. 482) observa que a *oração substantiva* “aparece inserida na oração complexa, exercendo funções próprias

do substantivo”: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo (e dessa forma também são classificadas). A palavra *substantiva* provém do latim *substantivus*, de *substantia* (“substância, aquilo que está por baixo”), composta por *sub-* (“sob”) e *stant-* (de *stare*, “estar, permanecer”) e Bueno (1968, p. 3838) define o termo como o “nome com o qual se designam os seres ou as coisas”, indicando que o radical *stant-* conserva o valor de permanência e existência. Bagno (2023, p. 410) explica que tanto *substantivo* quanto *sujeito* remontam ao mesmo princípio metafísico, pois “o sujeito é aquilo que jaz embaixo, o que permanece o mesmo”, e o *substantivo* “representa aquilo que está embaixo”, sendo ambos associados à ideia de essência (*substantia*). Desse modo, a origem etimológica de *substantiva* traduz a noção de suporte e base semântica, característica essencial dessas orações que desempenham função nominal na estrutura sintática.

As *orações subordinadas substantivas subjetivas* são aquelas que exercem a função de sujeito em relação à principal. O termo *subjetiva* deriva do latim *subjectivus*, particípio de *subicere* (“lançar sob”), formado por *sub-* (“sob”) e *iacere* (“lançar”) e, nessa ótica, Bagno (2023, p. 411) esclarece que o termo latino *subjectum* foi empregado pelos romanos como tradução do grego *hypokeimenon*, “aquilo que está por baixo”, conceito metafísico que originou o uso gramatical de *sujeito* como “elemento da frase sobre o qual recai a predicação”. E “Justamente por isso é que o termo que exerce a função de sujeito recebe o nome de substantivo, porque ele é portador da substância”, da essência (Bagno, 2012, p. 410), o que sustenta o conceito gramatical da *oração subordinada substantiva subjetiva*, isto é, exercer o papel de sujeito, uma vez que a origem e o uso se interligam pela noção de subordinação à estrutura superior, o sujeito como fundamento do enunciado.

Quanto à *oração subordinada substantiva objetiva direta*, a origem etimológica é a seguinte: a expressão *objetiva direta* origina-se do latim *objectivus*, derivado de *obicere* (“lançar diante”), formado pelo prefixo *ob-* (“diante de”) e o radical *ject-* (de *iacere*, “lançar”), enquanto *direto*, do latim *directus*, indica “aquilo que segue em linha reta”. Bueno (1968, p. 2680) registra o significado de *objetivo* como algo “real, concreto” e Bagno (2023, p. 82, 83) observa que o termo fixado pelos romanos, *objeto*, quer dizer “aquilo que está diante, em frente” e foi usado como tradução de *antikeimenon*, termo grego usado por Aristóteles para designar “aquilo que está diante de”. Essa origem etimológica sustenta a função sintática da *oração subordinada substantiva objetiva direta*, uma vez que ela “está diante” do sujeito (*oração principal*) para permitir que ele “desempenhe” a “ação” designada pelo verbo (Bagno, 2012, p. 412). Por isso, assevera-se que “o objeto ‘sofre’ a ação do sujeito: Eu comi a maçã – a maçã estava lá, ‘lançada à minha frente’, como um objeto concreto para satisfazer minha fome” (Bagno, 2012, p. 412). O valor gramatical de contato direto entre verbo e complemento é marcado pelo prefixo *ob-*, ou seja, entre a *oração principal* e a *oração subordinada*.

Por sua vez, a *oração subordinada substantiva objetiva indireta*, realiza a função de “complemento de ‘verbo’ com preposição necessária” (Bechara, 2015, p. 501) em relação à *oração principal*, distinguindo-se da *objetiva direta* por isso. O termo *objetiva indireta* conserva o mesmo radical latino de *objectivus* (“lançado

diante”) acrescido do adjetivo *indirectus* (“não direto”), derivado de *in-* (negação) e *directus* (“reto, em linha”), sendo definido por Bueno (1968, p. 1908) como a “palavra ou frase que completa o verbo, quase sempre regida de preposição” e sendo, assim, indireta. Bagno (2023, p. 83) reforça o vínculo etimológico com o conceito gramatical da oração, afinal, para ele, *objeto* representa o que é “lançado diante de” e está transversalizado pelo sentido de *indirectus*, uma vez que este está “desviado” por preposição, mantendo relação de dependência com a oração principal.

As *orações subordinadas substantivas completivas nominais*, na concepção de Dubois *et al.* (1991, p. 123) “são frases encaixadas em outras frases, em cujo interior desempenham o papel de sintagma nominal sujeito ou complemento”. A expressão *completiva nominal* provém do latim *completivus*, de *complere* (“encher, completar”), formado por *com-* (“junto, totalidade”) e *plet-* (“cheio”). O termo *nominal* deriva de *nomen, nominis* (“nome”), acrescido do sufixo formador de adjetivos *-al* (“relativo a”). Segundo Bueno (1968, p. 776), *completivo* designa “aquilo que completa o sentido do predicado”. Bechara (2015, p. 471-472) observa que o complemento *nominal* refere-se “a processos de nominalizações que envolvem substantivos, adjetivos, ou advérbios”, isto é, funcionando como elemento que expande o significado de um nome de ação. Dessa forma, a etimologia de *completiva nominal*, centrada na ideia de preenchimento, traduz a função dessas orações: completar o sentido de um nome, mantendo a subordinação estrutural característica da oração substantiva.

O último grupo de orações subordinadas substantivas é o das *predicativas*. A etimologia da palavra *predicativa* revela o elo direto entre forma e função: declarar ou afirmar algo sobre o sujeito, estabelecendo a relação essencial entre as duas partes da oração. Isso porque o termo *predicativa* tem origem no latim *praedicativus*, de *praedicare* (“afirmar, declarar”), composto por *prae-* (“antes, à frente”) e *dic-* (de *dicere*, “dizer”). Bueno (1968, p. 3167) define *predicativo* como “o que é declarado do sujeito” e Bechara (2015, p. 502) explica que “a oração substantiva predicativa complementa, na maioria das vezes, o verbo *ser*, apresentando o predicado do sujeito”. Dubois *et al.* (1991, p. 481) complementa que o *predicativo* expressa “a qualidade que o enunciado reconhece como pertencente a alguém ou a alguma coisa”. A morfologia de *oração predicativa* reflete a sua função: “a expressão de um argumento e a atribuição de propriedades/qualidades/estados/ações a esse argumento” à oração principal, considerando que “Predicar é ‘falar de’ e ‘dizer que’” (Bagno, 2012, p. 406).

Aqui, inicia-se a análise do segundo grupo de orações subordinadas, o das *orações subordinadas adjetivas*. O termo *adjetiva* tem origem no latim *adjectivus*, derivado do verbo *adjicere*, formado pelo prefixo latino *ad-*, que significa “junto de” e *jacere*, traduzido como “lançar”. Bueno (1968, p. 87) define *adjetivo* como “aquilo que se junta a outra coisa”, no caso, o adjetivo é aquilo que se junta ao substantivo. Nesse mesmo sentido, encontra-se a função das orações *subordinadas adjetivas*, as quais se unem à oração principal para qualificá-la ou determiná-la, evidenciando sua natureza acessória. Bagno (2012, p. 899) esclarece que as sentenças adjetivas contêm um pronome relativo e representam uma estratégia de encaixamento sintático, ou seja, permitem incorporar informações adicionais. Essas informações podem ser

de natureza qualificativa, representadas pelas orações adjetivas explicativas, ou de natureza determinativa, representadas pelas orações adjetivas restritivas, as quais serão analisadas a seguir. Tais concepções se unem à etimologia latina das orações adjetivas, sustentando a relação com a sua função gramatical.

Como trazido acima, as *orações adjetivas* são classificadas em dois grupos. Em relação ao primeiro, o das *orações subordinadas adjetivas restritivas*, a etimologia da palavra *restritiva* é do latim *restrictus*, particípio passado do verbo *restringere*, que denota “tornar a apertar, a amarrar”, formada pelo prefixo *re-* que indica “para trás” e pelo radical *stringere*, “apertar, segurar” Bueno (1968, p. 3503). O autor define *restritivo* como “Limitativo, coercivo, cerceador. Em gramática, o complemento restritivo limita, diminui a amplitude de significado [...]” e, assim, o sentido etimológico de contenção e delimitação reflete o valor semântico de tais orações, que restringem o elemento descrito na oração principal, especificando-o dentro de um conjunto maior. No que diz respeito ao seu conceito gramatical, Bechara (2015, p. 485) observa que a oração adjetiva “proferida sem pausa e não indicada na escrita por sinal de pontuação a separá-la do antecedente [...] se chama restritiva” e, sendo assim, atesta-se que o radical latino deste termo, restritivo, manifesta, em nível morfológico, o mesmo princípio sintático-semântico da oração: a função de limitar o alcance do referente nomeado.

Com relação ao segundo grupo das *orações subordinadas adjetivas*, o das *explicativas*, tem-se que o termo *explicativa*, conforme Bueno (1968, p. 1317) provém do latim *explicativus*, derivado de *explicare*, com o sentido de “desdobrar, tornar claro”, composto pelo prefixo *ex-*, que significa “para fora”, e pelo radical *plic-*, que denota “fazer pregas, dobrar”. Para o mesmo autor, *explicativo* é algo “elucidativo, esclarecedor”, ressaltando que a ideia de “desdobramento” coincide com o papel das *orações adjetivas explicativas*, que acrescentam informações acessórias, sem restringir o sentido do termo antecedente. Bechara (2015, p. 485) explica que a oração “adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo da mensagem”, além do mais, complementa que essas orações são “elucidativas”, marcadas por pausas e vírgulas que indicam sua autonomia relativa. Assim, a etimologia da palavra metaforiza a função sintática da oração de *desdobrar o sentido*, esclarecendo o enunciado principal sem alterar sua referência.

Então, chega-se ao último grupo das orações subordinadas, conforme a NGB, o das *orações subordinadas adverbiais*, sobre as quais o gramático Bechara (2015, p. 509) explicita o seguinte: “a oração subordinada adverbial funciona como adjunto adverbial da sua oração principal”. O termo *adverbial* deriva do latim *adverbialis*, formado a partir de *adverbium*, que é a origem do nosso termo *advérbio*, e significa “palavra juntada ao verbo”, formada pelo prefixo *ad-* (“junto”) e *verbum* (“palavra, verbo”). Houve o acréscimo do sufixo *-al*, um dos principais sufixos formadores de adjetivos, ao termo *adverbial*, que é definido por Bueno (1968, p. 96) como “aquilo que tem a natureza do advérbio” e esse, por sua vez, “compreende os modificadores do verbo”. Bechara (2015, p. 26) observa que o adjetivo *adverbial* designa as orações circunstanciais com função de adjunto e que modificam a frase

ou oração, refletindo a mesma noção expressa morfológica e etimologicamente de algo que se coloca junto ao verbo ou, no caso, à oração principal, para qualificá-la semanticamente em circunstâncias de causa, comparação, consecução, concessão, condição, conformidade, finalidade, proporcionalidade e temporalidade (seguindo, aqui, as nomenclaturas estabelecidas pela NGB). Bagno, na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2012), discute que a *hipotaxe adverbial*, como ele nomeia essa relação sintática, foi um processo que forçou a ressemantização e recategorização de palavras das mais variadas classes gramaticais, as quais são, hoje, “classificadas” como advérbios. Essa reflexão pode, talvez, explicar o motivo de haver tantas subdivisões nesse grupo de orações e divergência entre os gramáticos acerca das nomenclaturas dos subgrupos das orações adverbiais, uma vez que elas são demarcadas por conectivos tidos como advérbios, mas que, na verdade, são formados pelas mais diferentes classes de palavras.

Inicia-se pela análise da oração subordinada adverbial causal, a qual ocorre “quando ela coordena ou subordina uma oração a outra cuja causa ela exprime” (Dubois *et al.* 1991, p. 103). O vocábulo *causal* provém do latim *causalis*, “motivo, razão”, acrescido do sufixo *-al*, formador de adjetivos de relação e é definido como “tudo que se prende à causa” (Bueno, 1968, p. 653). Quanto à função da oração, as *causais* são conceituadas por Bechara (2015, p. 509) como aquelas que “exprimem a causa, o motivo ou a razão do pensamento expresso na oração principal”. Esse conceito valida a origem do termo ao passo que sua aplicação na gramática mantém o mesmo sentido: a noção de princípio e motivo, refletindo o vínculo lógico que estrutura as relações de causa e efeito nesse caso de subordinação sintática.

Prossegue-se ao segundo grupo, o das *orações subordinadas adverbiais comparativas*. Em vista do exposto na gramática de Evanildo Bechara (2015, p. 509), “as orações subordinadas comparativas exprimem o ser com que se compara outro ser da oração principal”, introduzidas por *como*, *assim como* e *quanto*, *que* e *do que*, precedidas de elemento comparativo na subordinante (Dubois, 1991, p. 120). A palavra *comparativa* origina-se do latim *comparativus*, derivado do verbo *comparare*, denotando a ideia de “colocar lado a lado, igualar”, formada pelo prefixo *com-* (“junto”) e *par-* (“igual”). De igual modo, Bueno (1968, p. 773) define *comparativo* como aquilo “que institui comparação entre duas ou mais coisas”. O radical traz a noção de igualdade e o prefixo acrescenta a ideia de associação, espelhando a função sintática da oração comparativa: estabelecer um paralelo entre a oração principal e a oração subordinada.

Em sequência, examinam-se as *orações subordinadas adverbiais consecutivas*: o termo *consecutiva* deriva do latim *consecutivus*, de *consecutus*, formado por *con-*, transmitindo a ideia de “companhia”, pelo radical *sequi*, denotando “seguir, sequência” e pelo sufixo *-ivus*, formador de adjetivos. Nesse sentido, Bueno (1968, p. 784) define *consecutivo* como algo “que leva a uma conclusão, que resulta de”. Em relação ao conceito gramatical das orações adverbiais consecutivas, Bechara (2015, p. 517) explica que elas ocorrem “quando a subordinada exprime o efeito ou consequência expresso na principal”, reforçando a dependência entre as duas. Dessa forma, a etimologia de *consecutiva* espelha o princípio sintático-semântico que a

caracteriza: uma oração que segue e completa o raciocínio anterior, exprimindo sua consequência direta.

A seguir, apresenta-se o grupo das *orações subordinadas adverbiais concessivas*: aquela que exprime que um obstáculo, real ou suposto, não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal (Bechara, 2015, p. 513). Essa relação indica a contraposição entre dois enunciados, de modo que o fato expresso na subordinada não impede a realização da principal. Assim, apresenta-se a etimologia da palavra *concessiva*: ela provém do latim *concessivus*, de *concedere* (“permitir, ceder”), composta pelo prefixo *con-* (“com, junto”) e pelo radical *ced-* (de *cedere*, “ir, ceder”). Para Dubois *et al.* (1991, p. 135), “Uma oração subordinada é chamada concessiva quando indica a razão que poderia opor-se à ação expressa pela principal” e, portanto, exprimem uma ideia contrária à da oração principal, mas sem anulá-la, evidenciando o valor sintático-semântico da etimologia do termo *concessiva*.

As *orações subordinadas adverbiais condicionais*, a próxima subdivisão considerada, são as que exprimem uma condição necessária para que se faça ou deixe de se fazer o que se declara na principal (Bechara, 2015, p. 514). Tal conceito é validado pela origem do termo *condicional*, que, para Bueno, vem do latim *conditionalis*, derivado de *conditio* (condição), formado pelo prefixo *con-* (junto) e *dic-* (de *dicere*, “dizer, declarar”) e ao qual foi adicionado, no Português, o sufixo formador de adjetivos *-al*. Essa etimologia da palavra confirma-se na ideia de Câmara Jr. (1978, p. 78-79) de que condicional é um “modo de apresentar o processo verbal - condicionado, para realizar-se, a outro anterior” e evidencia a constituição de um período de duas orações, em que uma é a condicionante e a outra a condicionada (Câmara Jr., 1978, p. 78-79).

Em relação ao conjunto das *orações subordinadas adverbiais conformativas*, tem-se que ocorrem “quando a subordinada exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração da principal” (Bechara, 2015, p. 515). A palavra *conformativa* provém do latim *conformativus*, de *conformare*, entendido como “dar forma igual”, e é composta pelo prefixo *con-* (“junto”) e *form-* (“forma, aparência”), acrescida do sufixo *-ivo*, formador de adjetivos, termo no qual Bueno (1968, p. 3167) define como aquilo “Que se conforma, que dá forma a”. Assim, a etimologia do termo traduz o conceito gramatical de adequação: a oração subordinada conformativa expressa o modo ou a medida em que o conteúdo da principal se realiza em conformidade com o da subordinada.

Referente às *orações subordinadas adverbiais finais*, tem-se que elas ocorrem “quando a oração subordinada indica a intenção, o objetivo, a finalidade do pensamento expresso na principal” (Bechara, 2015, p. 517). Nessa perspectiva, o termo *final* deriva do latim *finalis*, que indica “termo, remate, acabamento” (Cunha e Cintra, 2017, p. 293), o qual Bueno (1968, p. 3167) registra como algo “extremo, último, derradeiro”. Salienta-se, portanto, através dos significados etimológicos, a função da oração adverbial final: o de expressar a finalidade da ação anunciada pela oração principal, ideia reforçada pelas conjunções *para que*, *a fim de que*, *porque*

(=*para que*), *que* (=para *que*) (Bechara, 2015, p. 517), tipicamente utilizadas para introduzi-las.

No que diz respeito ao grupo das *orações subordinadas adverbiais proporcionais*, inicia-se pontuando que o termo *proporcional* provém do latim *proportionalis*, de *proportio*, *-onis*, que denota “relação entre partes”, e é formado pelo prefixo *pro-* (“para diante”) e *portio* (“parte”), acrescido do sufixo *-al*, formador de adjetivos. E, evidenciando essa construção morfológica, Bueno (1968, p. 3519) define *proporcional* como aquilo “Que está proporcionado, que mantém equilíbrio das partes, que está em relação adequada a outro”, por sua vez, sobre o conceito gramatical, Bechara (2015, p. 509) observa que essas orações ocorrem “quando a subordinada exprime um fato que aumenta ou diminui na mesma proporção do fato que se declara na principal”. Posto isso, confirma-se que as duas ideias conservam a relação de medida e divisão e de equivalência entre o aumento ou a diminuição de uma ação e da outra, proporcionalmente.

Chegando ao último grupo das *orações subordinadas adverbiais*, o das *temporais*, esclarece-se que o termo *temporal* é definido por Bueno (1968, p. 3929) e por Cunha e Cintra (2017, p. 628) como “relativo ao tempo”; origina-se do latim *temporalis*, que indica “tempo, duração”, e é formado pelo radical *tempor-* (tempo) e pelo sufixo formador de adjetivos, *-al*. Nesse sentido, encontra-se, também, a acepção gramatical de Bechara (2015, p. 518) sobre a *oração adverbial temporal*: ocorre “quando a oração subordinada denota o tempo de realização do fato expresso na principal”, traduzindo, assim, a circunstância temporal do enunciado, expressa através das conjunções *antes que*, *primeiro que* (*raro*), *depois que*, *quando*, entre outras.

Ao fim dessa seção de análise de orações coordenadas, subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, pode-se perceber padrões consistentes entre a origem lexical dos termos e suas funções sintático-semânticas. Observa-se que a predominância de elementos de raiz latina e grega não apenas influencia a morfologia das palavras, mas também fornece pistas sobre sua aplicação na estrutura do período composto. Essa correspondência se mantém ao longo do texto, mostrando que a formação terminológica e o uso funcional estão historicamente interligados.

Além disso, a investigação permite identificar regularidades nos processos de composição e derivação dos termos, como o emprego de prefixos, radicais e sufixos para indicar relações entre orações. Tais padrões corroboram a ideia de que a nomenclatura gramatical do Português não é arbitrária, mas resulta de uma tradição sistemática de construção terminológica. Dessa forma, a análise etimológica oferece um panorama detalhado das estratégias linguísticas utilizadas para nomear e organizar os fenômenos sintáticos, evidenciando a coerência interna da terminologia e sua correspondência com o funcionamento da língua, aspectos esses retomados em detalhamento na seção *Considerações Finais*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os termos da sintaxe do período composto da Língua Portuguesa, conforme estabelecidos pela NGB, a partir de uma perspectiva etimológica e terminológica. À luz dessas linhas de pesquisa teórica, foram analisados 29 termos que nomeiam a Sintaxe do Período Composto, sendo eles: *oração*, *coordenada*, *assindética*, *sindética*, *aditiva*, *adversativa*, *alternativa*, *conclusiva*, *explicativa*, *subordinada (oração)*, *substantiva*, *subjativa*, *objetiva direta*, *objetiva indireta*, *completiva nominal*, *predicativa*, *adjetiva*, *restritiva*, *explicativa*, *adverbial*, *causal*, *comparativa*, *consecutiva*, *concessiva*, *condicional*, *conformativa*, *final*, *proporcional*, *temporal*.

Dos 29 termos estudados, constatou-se que 27 têm origem latina e 2 são de origem grega, o que confirma a predominância da herança clássica na constituição da terminologia gramatical. Aqui, é importante lembrar um fato da Idade Antiga: para os romanos, o estudo da gramática estava totalmente baseado nas ideias gregas; contudo, ao perceberem as diferenças entre o modelo gramatical grego e a estrutura do Latim, acabaram modificando e ajustando sua própria língua para não contrariar a autoridade da tradição gramatical (Bagno, 2023). Nesse sentido, as terminologias analisadas neste artigo, chegaram à Língua Portuguesa no Brasil através da herança latina, conforme o escopo teórico deste trabalho, porém, os latinos serviram-se dos termos e das concepções gramaticais gregas, em sua maioria, para construir as suas terminologias. Essa proporção evidencia o caráter híbrido e histórico do Português, cuja gramática se construiu pela confluência de tradições culturais e linguísticas que remontam à Antiguidade.

No entanto, no processo de construção terminológica de outras áreas como a medicina, a química, a biologia, por exemplo, observa-se a predominância da formação de termos científicos com base em radicais e afixos oriundos, principalmente, do Grego e, em menor escala, do Latim, em consonância com a tradição das nomenclaturas técnico-científicas. De todo modo, independentemente da origem, a terminologia moderna difere-se no fato de que esses elementos clássicos funcionam apenas como partes formadoras dos termos, sendo integrados a palavras que seguem as normas morfosintáticas da língua em que se inserem ou para a qual são traduzidas, como exemplificam *cardiopatía* e *hidráulica* na Língua Portuguesa, conforme Krieger e Finatto (2004). Assim, o uso dessas terminologias em textos revela sua inserção em campos discursivos específicos, como os do direito, da economia e da administração e, por conseguinte, da gramática também, todos associados ao saber especializado e erudito.

Isso confirma que a NGB não apenas sistematiza a nomenclatura da língua, mas também preserva um legado linguístico e cultural que conecta o Português às suas origens clássicas. Com base nisso, a análise etimológica neste artigo demonstrou que a forma e o sentido dos termos sintáticos não são arbitrários: cada um deles carrega, em sua estrutura, traços de sua origem, revelando a lógica conceitual que motivou sua criação. Ao compreender que termos como *coordenação*, *subordinação*, *oração* e todos os outros resultam de um longo processo histórico de especialização

lexical, o professor pode perceber a gramática como um sistema de conhecimento coerente e coeso, em que os “nomes” classificatórios estão em consonância com as funções que eles designam.

Nesse contexto, a Etimologia mostrou-se um instrumento fundamental para compreender a construção dos conceitos linguísticos. Para reafirmar os princípios base da ciência da Etimologia, Viaro (2013, p. 3) elucida que ela diz respeito aos “conhecimentos de muitas línguas e etapas de línguas”. Frente a isso, pode-se concluir que essa ciência tem um caráter globalizante ao passo que conecta línguas e seus percursos. O autor também esclarece que ela beneficia o falante, uma vez que é “uma chave que abre o significado de milhares de palavras em Português e de outras línguas, inclusive palavras desconhecidas que se fecham numa aparente opacidade” (Viaro, 2013, p. 7). Assim, a Etimologia não se limita à investigação histórica de vocábulos, mas constitui uma prática interpretativa que ilumina as relações entre forma, sentido e função, permitindo ao falante e ao estudioso decifrar os mecanismos que estruturam a língua.

Desse modo, a partir da análise realizada, confirma-se que a terminologia da sintaxe, ao ser estudada etimologicamente, revela a lógica interna da gramática e de seu funcionamento sintático. A origem latina e grega dos termos explica não apenas sua composição morfológica, mas também o modo como eles se articulam conceitualmente, refletindo o princípio de ordem e hierarquia que fundamenta o pensamento gramatical desde a Antiguidade. Tal princípio é o mesmo que sustenta o conceito de *sintaxe*, palavra que, como lembra Bagno (2012, p. 884), deriva diretamente da tradição grega: “Nessas palavras gregas está presente o mesmo *-taxe* [aqui o autor se referia ao termo *hipotaxe*] que encontramos em *sintaxe*, *taxonomia* etc. Essa palavra grega, *tákis*, significa ‘ordem, classe, ordenamento, organização sintática’.” A sintaxe, portanto, é a maneira como as palavras se organizam (*tákis*) umas com (*syn-*) as outras na sentença. E o autor ainda acrescenta: “Os agrupamentos que as palavras formam entre si são os sintagmas, palavras que têm o mesmo prefixo (*syn-*) e o mesmo radical (*tag-*) de sintaxe” (Bagno, 2012, p. 884). Assim, mais uma vez, encontra-se a ligação entre função gramatical, termo e origem etimológica.

A retomada dessa origem ilumina o sentido do estudo gramatical e contribui diretamente para o ensino de língua. Ao compreender que *sintaxe* significa “ordem” e “organização”, assim como todos os termos analisados neste artigo, o professor de Português pode estabelecer pontes entre a estrutura das orações e a lógica que organiza o discurso, mostrando que aprender gramática é, essencialmente, compreender as relações de sentido e de ordem entre as palavras. O ensino da sintaxe, nesse caso, ultrapassa a simples memorização de classificações e passa a envolver a reflexão sobre os mecanismos que estruturam a comunicação humana. Além disso, o conhecimento etimológico dos termos gramaticais confere ao docente maior segurança conceitual e historicidade em sua prática pedagógica. Ao saber, por exemplo, que a palavra *subordinada* vem de *subordinare*, “colocar sob ordem”, ou que *oração* deriva de *orare*, “falar, dizer”, o professor é capaz de relacionar o significado original dos termos ao funcionamento sintático que eles têm. Essa abordagem favorece a construção de um ensino mais significativo, pois o estudante

passa a perceber que as categorias gramaticais não são artificiais, mas derivam de princípios semânticos e históricos que estruturam o próprio raciocínio linguístico.

Em um contexto educacional marcado por desafios na compreensão da gramática normativa, o estudo etimológico apresenta-se como um recurso didático poderoso, capaz de aproximar teoria e prática. A Etimologia oferece uma leitura da gramática como processo histórico e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência linguística. Ao compreender as raízes das palavras, o professor também compreende as raízes de sua própria língua e de sua identidade cultural, tendo possibilidade de orientar melhor o seu aluno na compreensão linguística. A pesquisa realizada, portanto, reforça a importância de integrar os estudos terminológicos e etimológicos à formação do professor de Língua Portuguesa. O domínio da origem dos termos gramaticais amplia a competência linguística e metalinguística do docente, favorecendo não apenas o ensino da norma, mas também a compreensão da língua como fenômeno social, histórico e simbólico. Nesse sentido, o professor compreende que o ensino de Português é também um ensino sobre o modo como o pensamento ocidental organizou e nomeou o mundo através da linguagem.

Este estudo confirma que a NGB representa mais do que um instrumento de padronização: ela é o resultado de um processo histórico de consolidação do saber linguístico. A análise dos 29 termos da sintaxe do período composto demonstrou a coerência entre o percurso etimológico e o funcionamento sintático de cada conceito, reafirmando o caráter sistemático e científico da nomenclatura, atingindo, portanto, seus objetivos. Assim, compreender a etimologia desses termos é compreender também a própria história da Língua Portuguesa e sua inserção na tradição gramatical ocidental. Por fim, destaca-se que a Etimologia, além de ferramenta de pesquisa linguística, constitui um elo entre o passado e o presente da língua. O estudo etimológico da terminologia da sintaxe do período composto reafirma a importância de preservar e compreender os fundamentos clássicos das terminologias, ao mesmo tempo em que convida o professor a repensar o ensino de gramática sob uma perspectiva mais reflexiva, crítica e historicamente fundamentada.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. **Uma história da linguística** - Vol. 1: da Antiguidade ao Iluminismo. São Paulo: Parábola, 2023.

BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BUENO, Francisco Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. Santos: Editora Brasília LTDA, 1968.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CRUZ, Ana Flávia Torquetti Domingues. Uma abordagem etimológica dos fraseologismos. In: DUCHOWNY, Alécia Teles (Org.). **Pelas veredas da etimologia**. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2016. Disponível em: <https://www.usp.br/nehilp/livros/Veredas.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.
- CUNHA, Antônio Geraldo da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira**: 50 anos depois. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. Uma breve história da Etimologia. **Filologia Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. spe, dez. 2013, p. 27-67. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/82818>. Acesso em: 13 maio 2025.